

## RODA DE CONVERSA - PESQUISA DE IMPLEMENTAÇÃO

### **EMULTI NA APS: CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO AVALIATIVO DE IMPLEMENTAÇÃO A PARTIR DA ADAPTAÇÃO DO CFIR À ESPECIFICIDADE POLÍTICO ADMINISTRATIVA**

*Izabel Costa (belcost@gmail.com)*

*Mônica Martins De Oliveira Viana (monica.psisaude@gmail.com)*

*Tatiana De Vasconcellos Anéas (tatiana.v.aneas@gmail.com)*

*Marcos Nunes De Lima (aclinicaperiferica@gmail.com)*

*Ligia Rivero Pupo (ligia@isaude.sp.gov.br)*

*Monique Borba Cerqueira (monique.cerqueira@isaude.sp.gov.br)*

*Arnaldo Sala (arnasala@usp.br)*

*Lígia Schiavon Duarte (ligiaduarte@isaude.sp.gov.br)*

*Mariana Tarricone Garcia (mariana.garcia@isaude.sp.gov.br)*

*Luzia Dantas (luziadantas@uol.com.br)*

*Monica Vilchez Da Silva (Monica.Vilchez@saude.sp.gov.br)*

*Miriam Vaz Ferreira Neves (miriam.vaz@isaude.sp.gov.br)*

Para monitorar a implementação das Equipes Multiprofissionais (eMulti) na APS, interessa incluir aspectos oriundos das demandas dos entes federal (MS) e estadual (SES) na construção de instrumento avaliativo. Por esse motivo, adaptou-se a Ciência da Implementação (CI), integrando construtos do CFIR à

literatura de políticas públicas (descentralização, capacidades estatais, coordenação multinível). Apresentar a adaptação participativa do CFIR ao arranjo federativo/municipal do SUS e a construção de uma matriz avaliativa (barreiras/facilitadores) para monitorar a implementação das eMulti, com protótipo em Power BI. Toda a construção incluiu debates e oficinas com gestores. Primeiro, adaptamos o CFIR ao contexto político-administrativo brasileiro, integrando literatura de administração pública e de políticas públicas para captar especificidades do arranjo federativo e municipal do SUS. Em seguida, com o CFIR adaptado, realizamos 44 entrevistas semiestruturadas com atores-chave: gestor federal, COSEMS, gestores municipais, articuladores estaduais da APS, trabalhadores da APS e eMulti e identificamos barreiras, facilitadores e variáveis “transversais” da implementação. Por fim, conduzimos ciclos de validação e coprodução da matriz, adaptável para PowerBi, com a gestão estadual e o Ministério da Saúde. A matriz reúne 22 construtos em dois eixos. (1) Normativas/Formulação – características do plano e da intervenção: contexto da formulação, clareza normativa, incentivos para a implementação, adaptabilidade, relação federativa. (2) Contexto da implementação: 2.1 capacidades estatais, característica dos serviços, financiamento; 2.2 Clima para a implementação (adequação): aceitabilidade, compromisso, cultura organizacional e viabilidade; 2.3 Processo de implementação (nível gerencial): transmissão de normativas e diretrizes, educação/capacitação, planejamento e organização; 2.4 Linha de frente: crenças e valores, autonomia e discricionariedade. No momento, estamos na fase de validação com o MS e SES/SP dos achados de cada construto para compor o protótipo da matriz e sua parametrização no Power BI. A aplicação da CI no SUS requer integrar ao CFIR categorias das políticas públicas brasileiras, considerando autonomia municipal, pactuação tripartite e assimetrias de capacidade estatal. O projeto mostrou a importância da coprodução com MS e SES. A matriz mostrou-se potente para monitorar a implementação das eMulti, e identificar necessidades de apoio aos municípios. A abordagem combina utilidade gerencial e rigor conceitual e analítico.

Palavras-chave: ciência da implementação; atenção primária à saúde; equipes multiprofissionais (emulti); federalismo; avaliação da implementação; matriz avaliativa.